

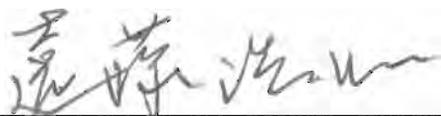
ATA DE ENTENDIMENTO
SOBRE A AVALIAÇÃO FINAL CONJUNTA DA COOPERAÇÃO TÉCNICA
INTITULADA USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS FLORESTAIS EM ÁREAS DE
VÁRZEA NO ESTADO DO AMAPÁ

A missão de avaliação final organizada pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (doravante denominada “a Missão Japonesa”), chefiada pelo Sr. Hiroaki Endo, com o objetivo de executar a avaliação final conjunta do projeto Uso Sustentável de Recursos Florestais em Áreas de Várzeas no Estado do Amapá (doravante denominado “o Projeto”), visitou a República Federativa do Brasil (doravante denominada “Brasil”) no período de 16 de novembro a 5 de dezembro de 2008, e juntamente com a missão de avaliação final organizada pela Agência Brasileira de Cooperação (doravante denominada “a Missão Brasileira”) executou a avaliação conjunta.

A Missão Japonesa e a Missão Brasileira (doravante denominada “a Missão”), após a análise do levantamento e dos seus resultados, elaborou um relatório de avaliação conjunta, o qual foi apresentado à Comissão de Coordenação Conjunta, tendo explicado os resultados da avaliação e solicitado que as recomendações contidas no relatório de avaliação final conjunta sejam implementadas até o término do Projeto ou, quando se aplicar, após o seu término. A Comissão de Coordenação Conjunta discutiu o relatório, e decidiu acatar as recomendações contidas no mesmo.

Esta Ata foi elaborada nos idiomas português e japonês, em quatro vias de cada, tendo ambas as versões o mesmo valor oficial.

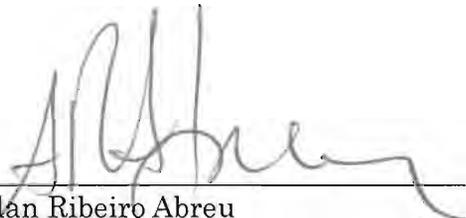
Macapá – AP, 3 de dezembro de 2008



Sr. ENDO Hiroaki
Chefe da Missão Japonesa
Agência de Cooperação Internacional do Japão
Japão



Sr. Antônio Carlos da Silva Farias
Secretário
Secretaria Especial de Desenvolvimento
Econômico
Amapá - Brasil



Sr. Allan Ribeiro Abreu
Chefe da Missão Brasileira
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis
Brasília - Brasil



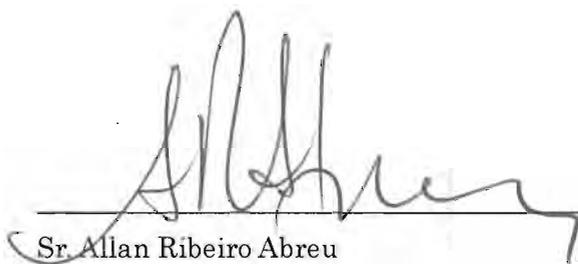
Sr. João da Cunha Mourão Neto
Diretor do Projeto
Instituto Estadual de Florestas
Amapá - Brasil

RELATORIO DA AVALIAÇÃO FINAL CONJUNTA DA COOPERAÇÃO
TÉCNICA INTITULADA USO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS FLORESTAIS
EM ÁREAS DE VÁRZEA NO ESTADO DO AMAPÁ

Macapá – AP, 3 de dezembro de 2008



Sr. ENDO Hiroaki
Chefe da Missão Japonesa
Agência de Cooperação Internacional do
Japão
Japão



Sr. Allan Ribeiro Abreu
Chefe da Missão Brasileira
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos
Recursos Naturais Renováveis
Brasil

1. Introdução

Com base no Registro das Discussões (R/D) assinado entre o Governo Japonês e o Governo Brasileiro em 23 de agosto de 2005, foi dado início ao projeto "Uso Sustentável de Recursos Florestais em Áreas de Várzea no Estado do Amapá (doravante denominado "o Projeto"), a partir de 2 de novembro de 2005, com duração de 3,5 anos.

Este é o relatório da Avaliação Conjunta realizada 5 meses antes do encerramento do Projeto.

1.1 Objetivos da Avaliação

Os objetivos desta avaliação são como segue:

- (1) Diante do término do Projeto em maio de 2009, a Missão de Avaliação Brasileira e a Missão de Avaliação Japonesa confirmarão as atividades realizadas e o processo de implementação e, em conjunto, avaliarão o Projeto sob os pontos de vista dos 5 critérios de avaliação (Adequação, Eficácia, Eficiência, Impacto e Sustentabilidade).
- (2) Apresentar algumas Recomendações para o fortalecimento da sustentabilidade após o término do Projeto e, ao mesmo tempo, extrair Lições Aprendidas que possam ser aproveitadas em outros projetos similares.

1.2 Membros da Missão de Avaliação Conjunta

【LADO JAPONÊS】

- (1) ENDO Hiroaki, Chefe da Missão
Diretor da 2ª Divisão de Conservação do Meio Ambiente Florestal e Natural,
Departamento de Meio Ambiente Global, JICA Matriz.
- (2) SHOJI Osamu, Processamento de Madeira
Takumi-Juku.
- (3) HIROUCHI Yasuyo, Análise e Avaliação
International Development Associates Ltd.
- (4) Júlio INOUE, Planejamento de Cooperação
Funcionário do Escritório da JICA no Brasil

【LADO BRASILEIRO】

- (1) Allan Ribeiro Abreu, Chefe da Missão
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis,
Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas IBAMA/DBFLO.
- (2) Marcos Alexandre Bauch, Membro da Missão
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis,
Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas IBAMA/DBFLO.
- (3) Alírio de Macedo Mory, Membro da Missão
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas;
Divisão Técnica / IBAMA/AP.

1.3 Cronograma do Estudo de Avaliação

A missão conduziu os seus trabalhos de avaliação de 16 de novembro a 3 de dezembro de 2008. A Missão coletou informações através de questionários e entrevistas com Contrapartes dos órgãos executores, Peritos, funcionários dos órgãos colaboradores, e beneficiários. A Missão também realizou visita de campo às regiões de Maracá e Mazagão, que são as Áreas-Objeto do Projeto, no período de 28 e 29 de novembro. Com base nos resultados obtidos, a Missão Conjunta elaborou uma proposta de relatório de avaliação conjunta, a qual, após ser discutida na comissão de avaliação conjunta entre 1º e 2 de dezembro, finalizou o relatório.

1.4 Análise da Matriz Lógica do Projeto (PDM)

A Matriz Lógica do Projeto (PDM)¹ é um dos documentos básicos utilizados na avaliação de projetos de cooperação técnica da JICA. Antes do início da avaliação, a Missão Conjunta examinou a PDM do Projeto e elaborou uma PDM para Avaliação (PDMe), acordando em utilizá-la como base para a avaliação. A PDMe foi elaborada através de consultas aos Peritos Japoneses e Contrapartes Brasileiros (Vide Anexo 1).

2. Visão Geral do Projeto

2.1 Histórico do Projeto

O Brasil (área 8.522.000 km², população aproximada de 180 milhões de habitantes) possui uma região da Floresta Amazônica que ocupa quase a metade da área de florestas tropicais do mundo mas, com o avanço da destruição que vem ocorrendo nos últimos anos, a área de florestas está sofrendo uma redução drástica. As áreas de várzea que se estendem pelo Rio Amazonas e seus afluentes são uma região dotada de abundantes recursos florestais e um inestimável ecossistema. Ultimamente, contudo, tem passado por uma séria degradação de seus recursos florestais em virtude de pressões humanas provocadas pelo extração inadequada de árvores. Apesar de as áreas de várzea do Estado do Amapá localizadas à jusante ainda não estarem sofrendo de processos de desmatamento em grande escala, os moradores das várzeas (população ribeirinha) dependem da extração de madeira para a maior parte de seu sustento e vivem em situação econômica de grande instabilidade. O PIB per capita do estado do Amapá é de aproximadamente 65% da média nacional e o índice de pobreza é de 42%, o que faz do estado uma região caracterizada pela pobreza. Destaca-se, em particular, Mazagão Velho, onde o índice de pobreza, de 67%, é o terceiro mais alto do estado. A cidade de Macapá, capital do estado, principal destino da madeira extraída pela população ribeirinha, possui um grande potencial para fazer da indústria moveleira uma especialidade local. No entanto, além de a madeira não ter uma utilização eficiente, as técnicas de processamento de madeira e de confecção de móveis também são ruins, fazendo com que a produção local tenha baixa competitividade mesmo quando comparada com outras regiões do país. Como resultado disso, cria-se um círculo vicioso, no qual

¹ PDM, iniciais do inglês para Project Design Matrix, consiste num quadro sintético do projeto onde são descritos os Investimentos necessários, Atividades, Resultados, Objetivo do Projeto, Objetivo Superior, Pressupostos Importantes, Indicadores Objetivamente Verificáveis, Meios para Verificação, bem como a relação lógica entre eles. (N.T.)

os ribeirinhos se vêem obrigados a vender a sua produção a preços extremamente baixos e, conseqüentemente, são levados a extrair madeira sem qualquer planejamento, apenas para manter o seu sustento.

Se o uso da madeira e a atividade florestal continuarem dessa forma inadequada, em decorrência da extração sem planejamento conduzida pelos ribeirinhos, presume-se que os inestimáveis recursos florestais das várzeas do Estado do Amapá sofrerão uma redução drástica ainda num futuro próximo, o que trará sérias conseqüências para a vida inclusive dos ribeirinhos. No entanto, não existe no Estado do Amapá nenhuma política ou legislação abrangente que regule sobre a gestão das várzeas ou das florestas das áreas de várzea, tampouco uma estrutura que possa administrá-las adequadamente. Em virtude disso, o Governo do Estado do Amapá, através do Governo Federal, solicitou apoio ao Japão para a preservação florestal da referida área. Com base nessa solicitação, no presente Projeto, "Uso Sustentável de Recursos Florestais em Áreas de Várzea no Estado do Amapá", que tem a duração de 3,5 anos compreendidos entre novembro de 2005 a maio de 2009, será oferecida cooperação para a elaboração de uma diretriz básica e criação de uma estrutura necessárias para apoiar o aprimoramento dos métodos de utilização dos recursos florestais e o manejo florestal sustentável, com vistas a melhorar o meio de vida da população ribeirinha, baseado na extração madeireira. Com base nessa diretriz, que terá como sujeitos vários órgãos administrativos do Estado do Amapá, será prestada assistência na difusão de técnicas agro-florestais aproveitando resultados de estudos já realizados como método alternativo e, também, na construção de um modelo para que a população ribeirinha possa dedicar-se à produção mediante contrato com indústrias de processamento de madeira e, assim, fazer a extração florestal de maneira planejada e sustentável. Como resultado dessa forma de cooperação, espera-se que a metodologia de utilização dos recursos florestais seja aprimorada, melhorando o meio de vida da população ribeirinha.

2.2 Resumo do Projeto

- (1) Período do Projeto: 2 de novembro de 2005 a 1º de maio de 2009.
- (2) Agências implementadoras do país beneficiário: Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (SDR) e Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM).
- (3) Área do Projeto: Região da várzea do Mazagão Velho e Maracá no município de Mazagão no Estado do Amapá.
- (4) Objetivo Superior: Utilização sustentável de recursos florestais na região da várzea na Área do Projeto no Estado do Amapá, e melhoramento do meio de vida dos ribeirinhos.
- (5) Objetivo do Projeto: Melhoria na metodologia de utilização de recursos florestais que contribuem para o melhoramento do meio de vida dos ribeirinhos nas várzeas da Área do Projeto no Estado do Amapá.
- (6) Resultados:
 - 1) Uma estrutura técnica de uso sustentável de recursos florestais das várzeas na Área do Projeto será estabelecida dentro do Governo do Estado do Amapá.

- 2) Manejo sustentável da floresta será conduzido pelos ribeirinhos.
- 3) Sistemas agro-florestais serão implantados pelos ribeirinhos.
- 4) Parceria entre os ribeirinhos e o setor moveleiro será criada e fortalecida.

3. Metodologia de Avaliação

3.1 Método de Coleta de Dados

A Missão de Avaliação Conjunta, formada pelos lado brasileiro e japonês, colheu as informações através de levantamentos documentais, como a PDMe (Anexo 1), última versão do PO (Anexo 2), registros do Projeto, etc., levantamentos baseados em questionários e entrevistas com as pessoas envolvidas no Projeto e pesquisas de campo.

3.2 Itens de Análise

3.2.1 Realizações do Projeto

Será verificado o nível de consecução dos Investimentos, Resultados e Objetivo do Projeto, com base no planejamento delineado no R/D e na PDM.

3.2.2 Processo de Implementação

Verifica-se todo o processo de implementação do Projeto sob um enfoque geral, se as atividades foram executadas como planejado, se o monitoramento do Projeto e a comunicação dentro do Projeto aconteceram a contento.

3.2.3 Cinco Critérios de Avaliação

- (1) Adequação: Será avaliado se o Objetivo do Projeto e o Objetivo Superior são adequados, no momento da avaliação, sob os pontos de vista das necessidades do Brasil / Estado do Amapá / Beneficiários; do nível de prioridade do Brasil e do Japão; e da vantagem técnica do Japão.
- (2) Eficácia: Se há perspectivas de o Objetivo do Projeto ser alcançado. Será avaliado se existe algum fator impeditivo; se o nível de alcance dos Resultados é suficiente para a consecução do Objetivo do Projeto; se há coerência lógica entre os Resultados e o Objetivo do Projeto, etc.
- (3) Eficiência: Serão avaliados aspectos como se estão sendo gerados Resultados condizentes com os Investimentos; se o momento, a qualidade e a quantidade dos Investimentos foram adequados para a geração dos Resultados.
- (4) Impacto: Serão avaliados aspectos como se há perspectivas de o Objetivo Superior ser alcançado; se foram confirmados outros impactos positivos; se há (ou presume-se que venha a haver) impactos negativos não previstos. Caso haja algum impacto negativo, serão avaliadas também as providências que foram tomadas.
- (5) Sustentabilidade (Previsão): Será avaliado, sob os aspectos financeiro, técnico e organizacional / do sistema, se há possibilidade de serem implementados de maneira sustentável: a obtenção do plano de manejo florestal, atividades de manejo florestal e de sistemas agro-florestais baseados nesses planos, e as articulações entre as Associações Agro-Florestal e a Cooperativa Moveleira.

4. Verificação das Realizações do Projeto e do Processo de Implementação

4.1. Realizações do Projeto²

4.1.1 Realizações em Termos de Investimentos:

Tabela 1: Investimentos do Lado Brasileiro

Alocação de Contrapartes	C/P Gestores: 3 pessoas C/P Técnicos: 13 pessoas	Despesas de Implementação (Até setembro de 2008)	R\$ 410.586,00
-----------------------------	---	--	----------------

Tabela 2: Investimentos do Lado Japonês

Envio de Peritos	Longo-Prazo: 1 pessoa Curto-Prazo: Total de 2 pessoas Locais: Total de 2 pessoas	Doação de Equipamentos	¥ 22.922.000
Recebimento de Treinandos	Total de 6 pessoas	Despesas Locais (Até setembro de 2008)	R\$1.442.179,00

4.1.2 Realizações em Termos de Resultados:

(1) Resultado 1

- 1) As atividades relacionadas à Diretriz Básica, com elaboração prevista para novembro de 2008, encontram-se ligeiramente atrasadas mas o seu rascunho já está pronto. A previsão é de que esse rascunho seja finalizado pela Comissão de Análise em dezembro do mesmo ano e aprovada na 8ª reunião do Comitê de Coordenação Conjunta (JCC) prevista para março de 2009.
- 2) Em abril de 2007 o IEF foi criado dentro da estrutura do Governo do Estado do Amapá, como o órgão responsável em executar as políticas públicas relacionadas ao uso sustentável dos recursos florestais na várzea, tendo sido seu estatuto aprovado pelo Governador em dezembro de 2007.

(2) Resultado 2

- 1) Conforme o planejado, foi criada uma Associação Agro-Florestal em cada Área-Objeto (o número de associados nas Áreas-Objeto é: Maracá – 122 pessoas, 71 famílias; Mazagão – 162 pessoas, 117 famílias).
- 2) Conforme o planejado, em cada Área-Objeto mais de 35% dos produtores ribeirinhos envolvidos com atividades florestais estão registrados na Associação (Maracá 92% e Mazagão 75%).
- 3) Na região de Maracá a proposta do plano de manejo florestal está praticamente pronta, mas em função de condições externas (procedimentos administrativos fora dos órgãos executores), as perspectivas de o referido plano ser aprovado conforme o planejado até fevereiro de 2009 são reduzidas, sendo poucas as chances de o mesmo ser aprovado até o final do Projeto (previsão de aprovação em junho de 2009). Por outro lado, na região de Mazagão, em decorrência da demora no processo de estabelecimento do direito de uso / ocupação do solo dos ribeirinhos, não foi

² As realizações são de 1º de dezembro de 2008, salvo menção em contrário.

possível realizar o 2º. inventário florestal (Inventário 100%) previsto para a estação seca de 2008. Como na estação seca de 2009 o Projeto já terá terminado, provavelmente o plano de manejo florestal não será elaborado / aprovado até o término do Projeto.

- 4) Na região de Maracá os cursos técnicos necessários à implementação dos planos de manejo florestal foram realizados junto aos associados conforme planejado, de modo que, saindo a aprovação do plano de manejo florestal, os mesmos estarão dotados de capacidade técnica para implementar o referido plano de imediato. No entanto, como foi mencionado acima, são poucas as perspectivas de o referido plano ser aprovado até o final do Projeto, bem como a previsão é de que a sua implementação fique para após o término do Projeto.

(3) Resultado 3

- 1) Conforme planejado, em cada Área-Objeto mais de 35% das famílias que fazem parte das associações participam de atividades agro-florestais através do Projeto (Maracá 51% e Mazagão 47%)
- 2) Sistemas agro-florestais estão sendo implementados num total de 148 ha de terra (o índice programado era de 60ha) de ambas as Áreas-Objeto.
- 3) Os preparativos dos relatórios compilando as experiências acumuladas até o momento já foram iniciados, sendo que a previsão é de que sejam elaborados até março de 2009.

(4) Resultado 4

- 1) As reuniões para intercâmbio de informações entre as Associações Agro-Florestais e a Cooperativa Moveleira do Estado do Amapá, realizadas como preparativos preliminares do contrato de fornecimento de madeira, estão acontecendo conforme o planejado, havendo perspectivas de continuar acontecendo conforme o planejado daqui para frente. No entanto, no tocante às discussões concretas com relação ao contrato de fornecimento de madeira, é intenção da Cooperativa Moveleira aguardar a aprovação do plano de manejo florestal para dar início a elas. A relação de confiança entre as duas partes está sendo construída e, saindo a aprovação do plano de manejo florestal em fevereiro de 2009 conforme o planejado, acredita-se que o contrato de fornecimento de madeira também será celebrado até o final do Projeto, conforme o planejado. No entanto, como foi mencionado acima, as perspectivas de o plano de manejo florestal ser aprovado até o final do Projeto são reduzidas. Neste sentido, acredita-se que são poucas as perspectivas de o contrato de fornecimento de madeira ser celebrado até o final do Projeto.
- 2) Para que a madeira legal produzida na região de Maracá seja entregue à Cooperativa Moveleira, é preciso que o contrato de fornecimento de madeira esteja celebrado. No entanto, como foi mencionado acima, as perspectivas de o contrato de fornecimento de madeira ser celebrado até o final do Projeto são reduzidas, de modo que a previsão é de que a entrega só ocorra após o término do Projeto.
- 3) Os cursos tendo como público-alvo os moveleiros, foram realizados 5 vezes até o momento, sendo que 27 profissionais de 18 empresas moveleiras do Estado do Amapá participaram uma ou mais vezes dos cursos. Quando a Missão de Avaliação fez uma avaliação técnica de 5 pessoas dentre

as 8 pessoas (5 empresas) que fizeram 2 ou mais cursos, constatou-se que todas tinham atingido o nível necessário para fabricar móveis. Além disso, segundo levantamento feito pelo Projeto por telefone, 85% dos que estavam atendendo o curso responderam que possuíam algum histórico de fabricação / venda de móveis em que aplicaram técnicas aprendidas nos cursos e 82%, que houve agregação de valor nos móveis que fabricaram com a aplicação de técnicas aprendidas nos cursos. Além disso, a quase totalidade das empresas que enviaram funcionários para participar dos cursos responderam que utilizam madeira extraída da várzea na fabricação de móveis e que têm interesse na madeira legal com previsão de ser extraída da Área do Projeto. Embora seja difícil medir o nível exato que foi alcançado, por não haver índices programados no presente Indicador, analisando de forma geral pode-se dizer que os treinandos atingiram o nível de capacidade técnica necessário à fabricação de móveis utilizando madeira legal e através de técnicas recém-introduzidas, agregando valor aos produtos finais.

4.1.3 Realizações em Termos de Objetivo do Projeto

Conforme foi mencionado nas Realizações em Termos de Resultados, como as perspectivas de o 1º plano de manejo florestal (região de Maracá) ser aprovado até o final do Projeto serem baixas, por influência de condições externas, são baixas também as perspectivas de a extração legal começar até o término do Projeto. Da mesma forma, acredita-se que também é pequena a possibilidade de a madeira legal, padronizada e a ser vendida para a fabricação de móveis, vir a ser produzida na região de Maracá até o final do Projeto. Por outro lado, o volume de produtos agro-florestais de ambas as Áreas-Objeto, introduzidos ou cuja técnica foi aprimorada pelo Projeto, atingiu 1.120 toneladas, superando o planejamento (o índice programado foi de 500 toneladas).

4.1.4 Realizações em Termos de Objetivo Superior (Previsões)

Presume-se que há perspectivas de as Associações Agro-Florestais das regiões de Maracá e Mazagão continuarem a executar o plano de manejo florestal nas várzeas da Área do Projeto após 3 anos do término do Projeto. Além disso, até o 5º ano após o término do Projeto, pode-se prever que há perspectivas suficientes de que o volume de produção dos produtos agro-florestais, introduzidos ou cujas técnicas pertinentes foram melhoradas através do apoio do Projeto, irá atingir no mínimo 700 toneladas.

4.2 Verificação do Processo de Implementação (para detalhes, vide Anexo 4)

A maior parte das atividades está avançando conforme planejado, havendo perspectivas de que seja concluída até o final do Projeto. No entanto, como foi mencionado das realização do Resultado 2, as atividades de elaboração / execução do plano de manejo florestal estão atrasadas com relação ao planejamento, em função de condições externas. Em ambas as Áreas-Objeto, a possibilidade de as atividades relacionadas à elaboração, aprovação e execução dos planos de manejo florestal serem concluídas até o final do Projeto são pequenas. Além disso, as atividades relacionadas à assessoria à celebração / execução do contrato de fornecimento de madeira entre a Associação Agro-Florestal da região de Maracá e a Cooperativa Moveleira do Estado do Amapá, as quais têm como condição

necessária a aprovação do plano de manejo florestal, também apresentam baixa perspectiva de serem concluídas até o final do Projeto. No entanto, a Associação Agro-Florestal tem demonstrado interesse na elaboração / execução do plano de manejo florestal e na celebração do contrato de fornecimento de madeira, e a Cooperativa Moveleira também tem grandes expectativas quanto à obtenção de madeira legal produzida na região de Maracá através do contrato de fornecimento de madeira. Além disso, os órgãos executores se comprometeram em dar continuidade / desenvolver as atividades após o término do Projeto e os Contrapartes também têm elevado sua capacidade técnica de maneira estável. Diante do exposto acima, pode-se esperar que as atividades que restam serão concluídas após o término do Projeto através dos esforços do lado brasileiro.

Por outro lado, o Objetivo do Projeto e o Objetivo Superior do Projeto são coerentes com o Plano Plurianual do governo federal e do governo do estado do Amapá, o que possibilitou que os órgãos executores e colaboradores do Projeto, representados por 15 órgãos dos governos federal e estadual, pudessem se articular em prol de um objetivo comum. A abordagem adotada no presente Projeto, a qual interliga o local de produção dos recursos florestais ao local de seu consumo, é coerente com a abordagem priorizada pelo Governo do Estado do Amapá (cadeia ecológica) na promoção da indústria local. Tal fato contribuiu para que vários órgãos cooperassem entre si, convergindo esforços na tentativa de superar os vários obstáculos que surgiram no processo de consecução dos objetivos.

Além disso, após a avaliação intermediária, a PDM foi revisada de acordo com o andamento do Projeto. Tal fato promoveu o compartilhamento, entre os envolvidos no Projeto, de um entendimento em comum quanto ao grau de consecução do Projeto.

5 Avaliação segundo os Cinco Critérios de Avaliação (para detalhes, vide Anexo 5)

5.1 Adequação

O Objetivo Superior do Projeto ainda hoje condiz com as necessidades do Governo Brasileiro, do Estado do Amapá e do Grupo-Alvo (população ribeirinha). Além disso, o Objetivo Superior / Objetivo do Projeto também está alinhado com a política de desenvolvimento do Brasil, com o Plano Plurianual do Estado do Amapá e com a política de assistência do Japão. Segundo entrevista realizada com os Contrapartes, os beneficiários e os órgãos envolvidos, confirmou-se também a vantagem técnica do Japão. Neste sentido, considerando de maneira geral, pode-se dizer que o Projeto ainda hoje é adequado.

5.2 Eficácia

Embora o Objetivo do Projeto esteja sendo atingido, como sofre a influência do atraso no nível de consecução do Resultado 2 em função de condições externas (atraso na elaboração / execução do plano de manejo florestal) e do conseqüente atraso no nível de consecução do Resultado 4 (atraso na celebração / execução do contrato de fornecimento de madeira), o nível de seu alcance no momento do término do Projeto é limitado, devendo o Objetivo ser alcançado após o término do Projeto. Por outro lado, como a Consecução do Objetivo do Projeto decorre da consecução de cada um dos Resultados, se os Resultados tivessem sido alcançados conforme o planejado, pode-se dizer que o Objetivo do Projeto teria

sido alcançado até o final do mesmo. Analisando de forma geral, pode-se dizer que a Eficácia do Projeto foi influenciada por condições externas e é intermediária.

5.3 Eficiência

Os investimentos em ambos os lados, lado brasileiro e lado japonês, foram, no geral, adequados, quando analisados sob os aspectos do momento, da qualidade e da quantidade. Embora tenha havido alguns problemas, na sua maioria foram ou estão sendo resolvidos graças à cooperação de ambas as partes, podendo se julgar que os investimentos contribuíram suficientemente para a geração dos Resultados. Por outro lado, como foi mencionado no item Realizações em Termos de Resultados, há previsão de que o Resultado 1 e o Resultado 3 sejam completamente gerados mas no tocante ao Resultado 2 e ao Resultado 4, por sofrerem a influência de condições externas, acredita-se que as perspectivas de serem alcançados por completo durante o período do Projeto são reduzidas. Considerando de maneira geral, pode-se dizer que a Eficiência do Projeto foi influenciada por condições externas e é intermediária.

5.4 Impacto

Impacto a nível de Objetivo Superior: Acredita-se que são boas as perspectivas de o Objetivo do Projeto ser alcançado de 3 a 5 anos após o término do Projeto.

Outros Impactos: Já foram confirmados vários impactos positivos. Por exemplo, a existência do Projeto estimulou o processo de resolução do problema relacionado ao direito de uso da terra das Áreas-Objeto. Principalmente no tocante à região de Mazagão, atualmente estão em curso os procedimentos de criação de um assentamento do INCRA. Além disso, o Projeto elevou a conscientização da população ribeirinha quanto à utilização dos recursos naturais. Os Contrapartes da área agro-florestal e de processamento de madeiras estão utilizando / divulgando as técnicas / conhecimentos adquiridos através do Projeto mesmo em suas atividades regulares. A implementação do Projeto mediante articulações entre vários órgãos trouxe melhorias na comunicação dentro da organização administrativa do estado do Amapá. No tocante a impactos negativos, até o momento não foi confirmado nem previsto nenhum.

5.5 Revisão da Sustentabilidade

Aspecto do Sistema / da Organização: Acredita-se que o suporte por parte da legislação e por parte de políticas públicas para o uso sustentável dos recursos florestais continuará daqui para frente. O manejo florestal sustentável, os sistemas agro-florestais e as articulações entre as Associações Agro-Florestais e a Cooperativa Moveleira promovidos pelo Projeto também constituem atividades regulares dos órgãos executores e a continuidade de ações correlatas está em consonância com a sua estratégia organizacional. Além disso, espera-se que a Diretriz Básica relacionada ao Uso Sustentável dos Recursos Florestais em Áreas de Várzea do Estado do Amapá, atualmente em fase de elaboração, sirva de guia norteador para a continuidade / desenvolvimento das atividades no futuro. Até o momento, os órgãos executores vêm administrando as atividades do Projeto sem nenhum problema sério, de modo que acredita-se que não haverá nenhuma dificuldade em particular, mesmo no tocante à administração de atividades pertinentes após o término do Projeto. Tendo em vista que a maior parte dos Contrapartes

técnicos são funcionários públicos estaduais ou federais, com emprego garantido, e possuem um elevado nível de especialização, acredita-se que continuarão envolvidos com atividades relacionadas. Uma parte dos Contrapartes é contratada, não sendo possível avaliar se permanecerão ou não nos órgãos a que pertencem. Considerando o acima exposto, acredita-se que, de maneira geral, o Projeto possui sustentabilidade sob os aspectos organizacional e do sistema.

Aspecto Financeiro: Até o momento, os órgãos executores vêm garantindo o orçamento necessário para as atividades do Projeto. Além disso, os responsáveis pelos órgãos executores, que são o Diretor-Presidente do IEF, o Diretor-Presidente do RURAP e o Secretário da SEICOM, manifestaram sua intenção de continuar garantindo o orçamento para as atividades relacionadas, de modo que presume-se que a sustentabilidade financeira do Projeto será garantida..

Aspecto Técnico:

De maneira geral, a capacidade técnica dos Contrapartes está sendo fortalecida de maneira estável, de modo que presume-se que os Contrapartes das áreas de manejo florestal, sistemas agro-florestais e processamento de madeira estarão dotados, até o final do Projeto, de habilidades / conhecimentos / técnicas necessários à continuidade de atividades relacionadas. Além disso, acredita-se que os órgãos executores do Projeto, e o SENAI que alocou Contrapartes para o Projeto, promoverão o aproveitamento / divulgação das técnicas transferidas / produtos do Projeto dentro de suas atividades regulares mesmo após o término do Projeto. Por outro lado, as técnicas transferidas estão em consonância com as necessidades e nível locais, pelo que se espera que os membros das Associações Agro-Florestais, que são o grupo-alvo deste Projeto, também possam, com o contínuo apoio dos órgãos executores e outros órgãos relacionados, utilizar / aprimorar as técnicas / conhecimentos adquiridos. Além disso, os equipamentos adquiridos pelo lado japonês têm previsão de serem suficientemente aproveitados mesmo após o término do Projeto. Contudo, é desejável que se decida para que órgão os equipamentos serão doados para que se possa estabelecer uma estrutura de manutenção até o final do Projeto. Analisando de forma geral, acredita-se que o Projeto possui sustentabilidade técnica.

6. Conclusão

Através deste Projeto, será elaborada uma Diretriz Básica para o uso sustentável de recursos florestais na várzea do estado do Amapá e o IEF foi criado para ser o responsável por essa atividade. Os produtores ribeirinhos criaram Associações Agro-Florestais, a produção agro-florestal ultrapassou a meta e a capacidade técnica dos moveleiros foi aprimorada. Não foi possível atingir o objetivo do Projeto, entretanto, este fato se deve em grande parte a condições externas. Caso o manejo florestal seja aprovado pelas instituições através dos trâmites necessários, provavelmente o contrato de fornecimento de madeira será firmado, a madeira legal será retirada, e móveis serão produzidos com madeira legal após o encerramento do Projeto.

Doravante, é preciso dar prosseguimento aos procedimentos junto aos órgãos competentes brasileiros e trabalhar de modo que a aprovação do plano de manejo florestal e a celebração do contrato de fornecimento de madeira avancem de modo tranquilo, o que pode ser realizado pelo lado brasileiro.

Neste sentido, o Projeto será concluído conforme o planejado.

7. Recomendações e Lições Aprendidas

7.1 Recomendações

7-1-1 Recomendações de Curto Prazo.

- (1) É preciso criar uma instância que substitua o Comitê de Coordenação Conjunta (reunido uma vez a cada 6 meses) e o Comitê Gestor (reunido a cada mês) para que as instituições envolvidas no Projeto (incluindo o IEF, a SEICOM e o RURAP) tenham um instrumento para troca de informações e discussão, devendo o Projeto, em coordenação com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (SEDE) e a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), providenciar os preparativos para sua criação.
- (2) O Projeto (incluindo o IEF, a SEICOM e o RURAP) deve compartilhar com os envolvidos no Projeto o cronograma envolvendo os trâmites para a elaboração / aprovação do plano de manejo florestal e dar ciência do conteúdo das ações e prazos que cada uma das instituições deve cumprir. Além disso, é importante que se construa uma relação de confiança entre os beneficiários destas ações, que são as Associações Agro-Florestais, e os colaboradores, que são a Cooperativa Moveleira, para que as ações ocorram sem atropelos.
- (3) Para a celebração do contrato de fornecimento de madeira entre a Cooperativa Moveleira e a Associação Agro-Florestal, é preciso definir as regras de coleta, comercialização e transporte conjuntos. E para que as negociações entre a Cooperativa Moveleira e a Associação Agro-Florestal possam ser desenvolvida de forma tranqüila tão logo saia a aprovação do plano de manejo florestal, é necessário que o Projeto (incluindo o IEF, a SEICOM e o RURAP) crie uma oportunidade para troca de informações entre as partes envolvidas, providenciando os preparativos preliminares para tal.
- (4) O Projeto (incluindo o IEF, a SEICOM e o RURAP) deve definir as instituições que receberão os equipamentos doados. Posteriormente, cada instituição deve fazer a inclusão no seu patrimônio de acordo com as leis brasileiras, e cuidar de sua manutenção. Além disso, é preciso que se providencie a transferência, para o Centro de Apoio à Indústria de Móveis no Amapá (CADIMA), da Serra Circular Inclinável e da Serra Circular de Bancada, instaladas na Casa de Hospitalidade, na primeira oportunidade, para que as mesmas possam ser usadas nos cursos que ocorrerão em março e abril de 2009.
- (5) O Projeto deve, em conjunto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), planejar e executar o 6º. e 7º. cursos de treinamento em processamento de madeira. Nessa ocasião, deve fazer uma avaliação após o término dos cursos para verificar a elevação da capacidade técnica dos alunos, aproveitando tais informações nos futuros cursos a serem realizados após o encerramento do Projeto. Paralelamente, deve ser confeccionado um material didático para os cursos.
- (6) Quando da execução de projetos que envolvam comunidades, a criação e o fortalecimento de associações é um ponto importante. Portanto é necessário que o RURAP aumente o efetivo e que treine o maior número de pessoas que atuem nessa área.

- (7) Sugere-se que as Associações Agro-Florestais protocolem junto à SEMA, IMAP e IBAMA um informativo (ou relatório) de suas áreas de plantio de essências florestais nativas em SAF, incluindo neste protocolo as espécies plantadas, o número de árvores por espécie e a localização das áreas onde estes plantios ocorreram, para que no futuro estas associações possam se beneficiar da madeira sem nenhum empecilho, uma vez que é necessária a autorização do órgão ambiental para a colheita e principalmente para o transporte de produtos florestais, mesmo que sejam provenientes de florestas plantadas. Esta sugestão é dada como precaução, visto que a legislação ambiental florestal pode sofrer alterações, principalmente em caso de inserção na lista de espécies ameaçadas de extinção, inclusive em protocolos internacionais dos quais o Brasil é signatário.
- (8) Considerando a existência de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado de um lado pelos compromitentes, Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Amapá, e de outro lado os compromissados INCRA, IBAMA, SEMA e IMAP, em 03 de dezembro de 2007, com aditivo de 05 de dezembro de 2007, com vigência de 03 (três) anos, sugere-se que a Associação da comunidade de Maracá, juntamente com o Governo do Estado do Amapá na figura do IEF, utilize-se deste artifício legítimo para acelerar os trâmites no processo de expedição da respectiva autorização de exploração florestal por parte da SEMA/IMAP. Vale mencionar que este processo não elimina a necessidade e a continuidade do licenciamento ambiental do PAE Maracá.
- (9) Sabendo que a SEMA/IMAP é um órgão seccional integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), cuja entidade consultiva e deliberativa é o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a equipe de avaliação sugere que a Diretriz Básica do projeto seja submetida à apreciação prévia por parte da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas (DBFLO) do IBAMA que é o órgão executor do SISNAMA. A sugestão coaduna-se com a necessidade de formulação de uma Instrução Normativa (IN), no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA), específica para o manejo florestal em ambientes de várzea. Esta apreciação será benéfica tanto para o Governo do Estado do Amapá como para o Governo Federal, pois a Diretriz Básica poderá ser usada como base para a criação da referida IN e esta, por sua vez, servirá como regulamentação da atividade de manejo florestal em ambientes de várzea no âmbito federal.
- (10) Durante as entrevistas com as comunidades de Maracá e Mazagão Velho houve divergências nas opiniões quanto à viabilidade econômica do índice de exploração de 10m³ por hectare. Assim sendo, a equipe de avaliação sugere que haja um acompanhamento direto do IEF, no sentido de verificar se este índice é realmente adequado à realidade das comunidades, ou se há necessidade de se criar outros parâmetros técnicos que possam regular o manejo florestal no ambiente de várzea de uma forma mais apropriada.

7-1-2 Recomendações de Longo Prazo.

- (1) No tocante ao uso sustentável dos recursos florestais no Estado do Amapá, a função a ser desempenhada pelo recém criado IEF é importante, devendo ser promovidos ainda mais o fortalecimento de sua estrutura (instalações, equipamentos, sistema de informações, aumento de

funcionários, etc.) e a melhoria da capacidade dos funcionários. É desejável, principalmente, a alocação de funcionários que se envolvam com organização / fortalecimento das Associações Agro-Florestais.

- (2) As Associações Agro-Florestais, mediante a assistência do IEF, precisam elaborar de forma planejada o cronograma de progresso ajustado às épocas de chuva / de estiagem. Principalmente no tocante ao inventário necessário à elaboração do plano de manejo florestal na região de Mazagão, é preciso que seja realizado na estação seca de 2009.
- (3) O RURAP desempenha um importante papel nas orientações de técnicas agrícolas em áreas rurais, nas quais se inclui a Área do Projeto. É preciso que o IEF e o RURAP unifiquem a política florestal à política de desenvolvimento rural, inclusive para o avanço estável e sem percalços dos resultados do presente Projeto, e, para tanto, o órgão que lhes é hierarquicamente superior, que é a SDR, desempenhará um importante papel.
- (4) As Associações Agro-Florestais e a Cooperativa Moveleira, mediante a assistência da SEICOM, precisam criar oportunidades para trocar opiniões bem como providenciar para que o contrato de fornecimento de madeira possa ser celebrado o mais rápido possível.
- (5) Para que as atividades da SDR (incluindo o IEF e o RURAP) e da SEICOM avancem de forma integrada, o papel a ser desempenhado pelo órgão que lhes é hierarquicamente superior, que é a SEDE, é muito importante. É preciso que a SEDE faça a coordenação dos órgãos envolvidos de modo a viabilizar a continuidade dos resultados do presente Projeto, ao mesmo tempo em que articula com o Governador e a Assembléia no sentido de expandir os resultados do Projeto para outras regiões do estado do Amapá.
- (6) O "Curso Agro-Florestal", realizado pela JICA no estado do Pará, no âmbito do Programa de Treinamento para Terceiros Países (TCTP), é eficaz para a promoção do presente Projeto. Neste sentido, é desejável que o Governo do Amapá procure enviar funcionários para participar desse curso, sendo que a JICA irá considerar a participação do estado do Amapá.

7.2 Lições Aprendidas

- (1) No caso do presente Projeto, a satisfação de várias condições externas era indispensável para a consecução do Objetivo do Projeto. Na definição do Objetivo e de seus Indicadores, é preciso analisar bem de modo que os mesmos possam ser atingidos dentro da esfera de controle do Projeto.
- (2) A questão fundiária é regulada por leis estaduais e federais complexas e os órgãos competentes também são variados. Na elaboração do desenho do Projeto, é importante que se verifique se sofrerá influência de questões fundiárias. Caso sejam incluídas no Projeto atividades que envolvam questões fundiárias, é necessário que se verifique / analise bem, com antecedência, sobre as perspectivas, etc. da legislação, política e sistemas tanto a nível estadual como federal.
- (3) Em projetos que exijam a articulação de múltiplos órgãos, é importante que estejam em consonância com diretrizes de âmbito estadual e federal, pois surtirão ainda melhores efeitos quando realizados sob tais diretrizes.
- (4) A revisão da PDM conforme o progresso das atividades faz com que se tenha uma PDM condizente

com a realidade e possibilita que os envolvidos no Projeto compartilhem um entendimento comum sobre o nível de alcance do Projeto como um todo.

- (5) Para promover a criação e o fortalecimento da organização associativista tendo como público-alvo a população, é necessário que sejam incluídas no Projeto atividades de conscientização com base em condições sócio-econômicas.
- (6) O fato de ter havido um período preparatório de 6 meses no início do Projeto foi adequado para organizar e analisar as atividades do Projeto, de natureza complexa e que envolvem diversos órgãos. Por outro lado, como Investimento do lado japonês, os Peritos das principais áreas de atividade deveriam ter sido enviados desde o começo, para um investimento mais eficaz. Em casos em que o Projeto é executado por muitas entidades, pressupõe-se que muito tempo será dispendido para a atividade de coordenação administrativa. Nesse caso, é desejável que o Perito e o Coordenador Administrativo não sejam a mesma pessoa.

Fim do Documento

